



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

12/05/2015

INDICE

| | |
|-----------------------------------------------|--------|
| 1. JORNAL A TARDE | |
| 1.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... | 1 - 2 |
| 2. JORNAL AQUI | |
| 2.1. AÇÕES TJMA..... | 3 |
| 3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 3.1. COMARCAS..... | 4 |
| 3.2. ESMAM..... | 5 |
| 4. JORNAL O DEBATE | |
| 4.1. EXECUÇÕES PENAIS..... | 6 |
| 4.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... | 7 - 8 |
| 5. JORNAL PEQUENO | |
| 5.1. COMARCAS..... | 9 - 10 |
| 5.2. DECISÕES..... | 11 |
| 5.3. DESEMBARGADOR..... | 12 |
| 5.4. ESMAM..... | 13 |
| 5.5. VARA DA FAZENDA PÚBLICA..... | 14 |

Pág. 2

Sistema de monitoramento carcerário do TJMA é apresentado a pesquisadores da Universidade de Toronto



Sistema de monitoramento carcerário do TJMA é apresentado a pesquisadores da Universidade de Toronto



A experiência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no monitoramento de ações do sistema penitenciário estadual foi apresenta-

da pelo coordenador geral da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho, a pesquisadores da Universidade

de Toronto (Canadá).

Entre os temas expostos estavam as iniciativas do Judiciário relacionadas ao sistema prisional e execuções de penas alternativas para erradicação da superlotação dos presídios.

Durante a reunião, o desembargador Froz Sobrinho falou sobre a criação e atuação da UMF – única criada por lei no Brasil – na fiscalização e acompanhamento permanente da situação dos apenados.

“Criamos uma unidade dentro do organograma do TJMA, que atua de forma con-

tínua no monitoramento de presos e produz, entre outras ações, relatórios trimestrais com números atualizados sobre o sistema carcerário. A identificação desses detentos é de suma importância para a solução dos problemas que envolvem a situação carcerária no Estado”, disse.

Froz Sobrinho explicou que o controle da situação prisional é feito através do cadastramento de processos judiciais nos sistemas do Judiciário, ressaltando que 100% dos processos de execução já são distribuídos de forma virtual.

▶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Salas de depoimento especial para crianças serão implantadas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugurou, nesta segunda-feira (11), nas comarcas de Pinheiro (a 341km de São Luís) e Santa Luzia do Paruá (a 403km da capital), o serviço de Depoimento Especial, para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na Justiça local.

As salas irão funcionar em Pinheiro - no Fórum Des. José

Maria de Jesus Marques (Praça José Sarney, s/nº, Centro) - e em Santa Luzia do Paruá - na Casa da Justiça (Rua Maranhão, s/nº, Centro), e serão utilizadas por juízes, promotores, defensores públicos, advogados e técnicos especializados para a tomada de depoimento das vítimas.

O desembargador Jamil Geodeon, coordenador da Infância e Juventude do TJMA (CII), e a juíza membro da CII, Karla Jane Matos, presidirão os traba-

lhos de instalação, juntamente com os magistrados diretores dos fóruns, Lavínia Macedo Coelho (Pinheiro) e Rodrigo Costa Nina (Santa Luzia do Paruá).

CNJ

A medida cumpre a Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais.

Projetos I

ESTREITO - Estão abertas no Fórum Aristides Lobão, na 1ª Vara da Comarca de Estreito, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, as inscrições para a seleção de projetos para obtenção de recursos financeiros arrecadados com prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal. As informações constam de edital assinado pelo juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular da 2ª Vara e respondendo pela 1ª Vara da comarca. Segundo o documento, o período de inscrições é de 30 dias a contar da publicação do edital no Diário da Justiça Eletrônico.

Projetos II

ESTREITO - A entidade que fará parte da seleção de projetos para obtenção de recursos financeiros arrecadados com prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal deve estar regularmente constituída há pelo menos um ano e ser dirigida por pessoas com reputação ilibada. Também é exigido da entidade que ela desenvolva atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, bem como disponibilizar vagas para cumprimento de pena restritiva de direito. Entre os documentos exigidos para a inscrição está o projeto, que deve ser desenvolvido no âmbito da comarca.

Rápidas

Magistratura I

Alunos do Curso de Formação Inicial à Magistratura visitaram alguns setores do Tribunal de Justiça do Maranhão, no prédio-sede do Judiciário (Praça Pedro II). Guiada pela coordenadora de Precatórios, Maria Lúcia Abreu, a turma conheceu detalhes do funcionamento da Assessoria de Comunicação do Tribunal (Ascom), das diretorias Geral, Judiciária e de Informática, além do gabinete da presidência e do Pleno. Na Ascom, os futuros juízes foram recebidos pelo assessor-chefe, Antonio Carlos de Oliveira.

Magistratura II

O diretor-geral do TRE, Hebert Leite, recebeu os alunos esclarecendo sobre o funcionamento da secretaria do Tribunal, a divisão do trabalho e seus objetivos. Na ocasião, conversaram a respeito da viabilidade e planejamento do TJMA para a nomeação dos novos juízes em formação. Em seguida, os alunos foram recebidos pela vice-presidente, no exercício da presidência do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, que destacou a responsabilidade que os futuros juízes terão ao assumirem as diversas comarcas.

• Preso esperam autorização para comemorar o "Dia das Mães"

Ainda esta semana, a 1ª VEP, Vara de Execuções Penais da Capital, estará editando Portaria aos dirigentes de estabelecimentos prisionais autorizando a saída temporária para presos condenados visitarem os familiares em comemoração ao Dia das Mães, que ocorrerá no dia 10 deste mês, domingo. A saída dos apenados, está prevista para o dia 8 de maio com retorno para o dia 13 deste mês. Os apenados, conforme a LEP, têm direito a 7 (sete) dias pela saída temporária; é uma exigência desse benefício, que o apenado não poderá ausentar-se do Estado do Maranhão. A previsão é que 200 presos sejam beneficiados para a saída temporária no Dia das Mães.

POLÍCIA

**Sistema de
monitoramento
carcerário do TJMA
é apresentado
a pesquisadores**

Pag. 11

Sistema de monitoramento carcerário do TJMA é apresentado a pesquisadores

Entre os temas expostos em Toronto estavam as iniciativas do Judiciário relacionadas ao sistema prisional e execuções de penas alternativas para erradicação da superlotação dos presídios



Desembargador Froz Sobrinho explicou procedimento a pesquisadores

A experiência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no monitoramento de ações do sistema penitenciário estadual foi apresentada pelo coordenador geral da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho, a pesquisadores da Universidade de Toronto (Canadá).

Entre os temas expostos estavam as iniciativas do Judiciário relacionadas ao sistema prisional e execuções de penas alternativas para erradicação da superlotação dos presídios.

Durante a reunião, o desembargador Froz Sobrinho falou sobre a criação e atuação da

UMF - única criada por lei no Brasil - na fiscalização e acompanhamento permanente da situação dos apenados.

"Criamos uma unidade dentro do organograma do TJMA, que atua de forma contínua no monitoramento de presos e produz, entre outras ações, relatórios trimestrais com números atualizados sobre o sistema carcerário. A identificação desses detentos é de suma importância para a solução dos problemas que envolvem a situação carcerária no Estado", disse.

Froz Sobrinho explicou que o controle da situação prisional é feito através do cadastra-

mento de processos judiciais nos sistemas do Judiciário, ressaltando que 100% dos processos de execução já são distribuídos de forma virtual.

"O problema no Brasil não é a falta de cárcere, mas a falta de controle na qualificação de quem realmente deve estar preso, e essa triagem deve ser feita pelo Judiciário", salientou.

O desembargador destacou que após a realização de vários mutirões carcerários pelo Judiciário estadual e o cruzamento dessas informações com a administração penitenciária, foi verificada a existência de presos sem processos, detidos nas delegacias de polícias. "Uma

das nossas metas é eliminar isso, hoje temos cerca de 1500 presos em delegacias de polícias no Maranhão", informou.

O professor de Práticas Globais da Universidade de Toronto (University of Toronto), Todd Foglesong, considerou inovadora a aplicação de alternativas penais com recursos que já estão disponíveis na estrutura do Judiciário e na própria Lei do país, ao invés de criar novas formas para a resolução da crise prisional.

"Em muitos países, a primeira reação para resolver o problema carcerário seria criar novas cortes, novos presídios, e criar uma nova composição, essa seria uma opção atrativa, mas aqui vocês estão resistindo a esse impulso e usando o que já existe na lei e na estrutura para reduzir o crescimento da população carcerária", destacou o pesquisador ao analisar a apresentação das ações da UMF no Maranhão. "É uma estratégia correta. Estamos muito interessados em conhecer as medidas e apoiá-las", concluiu.

Participaram da reunião o juiz Fernando Mendonça (2ª VEP), o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior, os pesquisadores Joe Hirsch e Nina da Nóbrega Garcia, da Universidade de Toronto e Gerson Lelis Costa, do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão.

TJ implanta salas especiais para crianças em Pinheiro e Santa Luzia do Paruá

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugurou ontem (11), nas comarcas de Pinheiro (a 341 km de São Luís) e Santa Luzia do Paruá (a 403 km da capital), o serviço de Depoimento Especial, para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na Justiça local.

As salas irão funcionar em Pinheiro - no Fórum Desembargador José Maria de Jesus Marques (praça José Sarney, s/nº, Centro) - e em Santa Luzia do Paruá - na Casa da Justiça (rua Maranhão, s/nº, Centro), e serão utilizadas por juízes, promotores, defensores públicos, advogados e técnicos

especializados para a tomada de depoimento das vítimas.

O desembargador Jamil Ge-deon, coordenador da Infância e Juventude do TJMA (CII), e a juíza membro da CII, Karla Jeane Matos, presidirão os trabalhos de instalação, juntamente com os magistrados diretores dos fóruns, Lavínia Macedo Coelho (Pinheiro) e Rodrigo Costa Nina (Santa Luzia do Paruá).

CNJ - A medida cumpre a Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. *(Ascom TJMA)*

- O Fórum da Raposa, Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís (MA), está sem acesso aos sistemas de gerenciamento de informações desde a última quinta-feira (07). O motivo, de acordo com a Secretaria do Fórum, seria a realização de reparos na rede lógica do Município da Raposa, que estaria sendo realizado pela operadora de telefonia Oi.

- Segundo a juíza Alesandra Saif, titular da Vara Única, um comunicado já foi aberto junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão. A magistrada destacou que, apesar do problema, o atendimento ao público está mantido e as audiências estão sendo realizadas normalmente.

Portaria suspende expediente na comarca de Estreito

Portaria assinada pelo juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular 2ª Vara e diretor do Fórum da Comarca de Estreito, suspende o expediente forense na unidade nessa terça-feira (12). A medida atende a feriado comemorativo do aniversário da cidade, instituído na Lei Municipal nº 17/2006. Os prazos processuais também ficam suspensos na data.

Comarca de entrância intermediária, Estreito conta com duas varas e um termo judicial (São Pedro dos Crentes) e dista 721 km de São Luís. O Poder Judiciário na unidade funciona à Avenida Tancredo Neves, s/n, Centro.

Atas de sabatinas

O Grupo Escolar João Lisboa foi responsável pela formação educacional de muitas crianças. Nos livros de 'Atas de Sabatinas' realizadas na escola há nomes de personalidades que nos dias atuais são reconhecidos em nível local, estadual e nacional nas áreas de saúde, educação, política e outras... Na educação, Edmeé Leite, Adelmo José Guimarães, Maria Yêda Soares, Luzinete Pereira de Almeida, Flôr de Maria Machado... Na política, Eptácio Cafeteira, ex-governador do Maranhão, hoje senador da república; João Castelo Ribeiro Gonçalves, ex-governador do Maranhão e ex-prefeito da capital do estado, São Luís, e hoje deputado federal; Humberto Ivar Araújo Coutinho, ex-deputado estadual e ex-prefeito da cidade de Caxias, hoje presidente da Assembleia... Na saúde, os médicos Paulo Brandão, Cleber Lima Ferro, Luzinete Vilanova Assunção e Ezíquio Barros (ex-prefeito), a odontóloga Maria Delmair Alves Nunes... E outros, como José Armando Costa (bancário), Alcebíades Chaves (desembargador), Getúlio Costa Silva (empresário), Mariton da Silva (padre), Maria Stella Lobão (funcionária pública)... Confira a íntegra do trabalho em http://www.xiijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/11/artigo_eixo11_386_1410871154.pdf.

Juízes em formação visitam o TJMA



Alunos do Curso de Formação Inicial à Magistratura visitaram alguns setores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no prédio sede do Judiciário (Praça Pedro II). Guiados pela coordenadora de Precatórios, Maria Lúcia Abreu, a turma conheceu detalhes do funcionamento da Assessoria de Comunicação do Tribunal (Ascom), das diretorias Geral, Judiciária e de Informática, além do gabinete da presidência e do Pleno. Na Ascom, os futuros juízes foram recebidos pelo assessor-chefe, Antonio Carlos de Oliveira, que mostrou a estrutura da área de Comunicação, suas atividades diárias e as estratégias utilizadas para garantir à sociedade maior acesso às informações do Poder Judiciário. Ferramentas como o Portal do Tribunal de Justiça, a produção de notícias, material publicitário, e o atendimento à imprensa foram destacados na explanação. Em seguida, os alunos foram recebidos pela vice-presidente, no exercício da presidência do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, que destacou a importância daquele momento e da responsabilidade que os futuros juízes terão ao assumirem as diversas comarcas espalhadas pelo Estado, garantindo uma efetiva prestação jurisdicional.

Começa Semana de Execuções Fiscais na 9ª Vara da Fazenda de São Luís

Processos judiciais em pauta chegam a R\$ 2,9 milhões

Processos judiciais que envolvem dívidas de até R\$ 2,9 milhões foram incluídos na pauta da Semana de Conciliação de Execuções Fiscais, iniciada ontem (11), na 9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís. São débitos de empresas, referentes a tributos estaduais e municipais, multas aplicadas pelo Procon e o não pagamento de custas processuais. Abertas pela manhã, no Fórum da Capital, com a presença da corregedora geral da justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, as audiências de conciliação seguem até sexta-feira (15).

O evento integra o Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa visa a auxiliar os juízes na implantação de medidas de organização e gestão estratégica dos processos de execução fiscal. A proposta é adaptar experiências já consagradas a outras realidades, com o fim de alcançar a recuperação do crédito público e reduzir o acervo processual da unidade judiciária.

Para Nelma Sarney, esta é mais uma iniciativa que demonstra o compromisso do Judiciário maranhense em realizar uma justiça célere, priorizando ações de grande importância para o Estado. "Como estamos incentivando a conciliação, espera-se que o resultado seja satisfatório para as duas partes em negociação. É uma possibilidade do devedor negociar e quitar sua dívida com a fazenda, garantindo o recebimento desses recursos para os cofres públicos", disse.

O juiz titular da 9ª Vara da Fa-

zenda, Raimundo Nonato Neris Ferreira, explicou que muitas vezes o devedor do tributo desconhece a existência de benefícios fiscais que permitem reduzir débitos; realizar o parcelamento da dívida; entre outros. Por isso, deixam de pagar os impostos e acabam sendo demandados na Justiça. O magistrado destacou a importância da Semana da Conciliação de Execuções Fiscais e disse que o objetivo é buscar o acordo entre as partes para pôr fim ao processo.

Foi o que ocorreu com a empresa Rivoli Veículos, que durante a audiência no primeiro dia do evento firmou acordo com o Procon para quitar um débito de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), resultante de auto de infração aplicado pelo órgão de defesa do consumidor. "Só ficamos sabendo que a questão já estava na Justiça quando recebemos a notificação para irmos à audiência no fórum esta semana", disse a representante da empresa, Emily Santos. Durante a audiência, a concessionária de veículos firmou acordo com o Procon e vai quitar, em no máximo 30 dias, todo o débito, sem juros e sem multa, mas incluindo honorários advocatícios e custas processuais. Após comprovação da quitação o juiz extinguirá o processo.

Raimundo Neris destacou que dos 62 processos incluídos na pauta da semana, 38 são relativos a dívidas de tributos municipais, principalmente IPTU, e o restante refere-se a tributos estaduais (IPVA e ICMS), multas aplicadas pelo Procon e débitos de custas processuais destinadas ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento

do Judiciário (FERJ). As audiências com a Fazenda do Estado acontecem pela manhã e com a Fazenda municipal no horário da tarde.



A Semana de Conciliação iniciou com vários acordos, entre os quais o do Procon com a Rivoli Veículos